NACIONALIDADE E ETNICIDADE NA TRÍPLICE FRONTEIRA NORTE*

*Sidney A. Silva***

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar as relações entre nacionalidade e etnicidade na fronteira norte brasileira, precisamente na região da Tríplice Fronteira entre o Brasil, Peru e Colômbia. Esta área tem sido marcada por tensões, não só pela ação de narcotraficantes e por uma possível invasão de guerrilheiros das Forças Revolucionárias da Colômbia-FARC, mas também pela entrada de imigrantes peruanos clandestinos ou de refugiados colombianos, que fogem da violência fomentada pela guerrilha e por grupos paramilitares daquele país. A partir da observação *in loco* e de entrevistas realizadas com diferentes sujeitos que compõem aquele cenário, objetiva-se desvendar, portanto, as múltiplas relações estabelecidas entre eles, bem como os seus significados.

Palavras-chave: Nacionalidade. Etnicidade. Tríplice fronteira norte.

Abstract: This paper intends to analyse the relationship between nationality and ethnicity at the northern Brazilian border, precisely in the region of the three State borders among Brazil, Peru, and Colombia. This area has been marked by tensions, not only by the actions of the narcotic-traffickers or by a possible partisans from trespassing the Colombian Revolutionary Force- FARC, but also by the entry of clandestine Peruvian immigrants or the Colombian refugees who run away from the violence stimulated by guerrilla and by paramilitaries groups from that country. Through observations *in loco* and interviews realized with different subjects that compose that scenery, I pretend to reveal the multiple relations established among them, as well its meanings.

Keywords: Nationality. Ethnicity. Northern three State borders.

As declarações do comandante geral da Amazônia, general Augusto Heleno, criticando a política indigenista brasileira em abril de 2008, trouxeram à tona uma discussão que parecia estar relegada ao passado autoritário do regime militar no Brasil, que é a questão da Ideologia da Segurança Nacional. Tais declarações, que tiveram como cenário os conflitos deflagrados na reser-

* Este texto é parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo autor entre os hispano-americanos na Tríplice Fronteira e em Manaus entre 2008 e 2009, a qual conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas - FAPEAM.

** Sidney Antonio da Silva é antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia-GEMA. E-mail: sidsilva@ufam.edu.br.

va indígena Raposa Serra do Sol, entre rizicultores e indígenas, coloca em foco a problemática que envolve a Fronteira Norte do Brasil frente à ameaça de uma possível invasão de um “inimigo” externo, que poderia pôr em risco a segurança daquela região e, conseqüentemente, a integridade do território nacional. Na verdade, tal discurso é usado, em geral, como subterfúgio por grupos interessados em desviar a atenção de outras questões que envolvem a vida das populações fronteiriças, sejam elas indígenas ou não.

Nessa perspectiva, este texto tem como objetivo analisar as relações entre nacionalidade e etnicidade na fronteira norte brasileira, precisamente na região da Tríplice Fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia. Essa área tem sido marcada por tensões, não só pela ação de narcotraficantes e por uma possível invasão de guerrilheiros das Forças Revolucionárias da Colômbia-FARC, mas também pela entrada de imigrantes peruanos clandestinos ou de refugiados colombianos, que fogem da violência fomentada pela guerrilha e por grupos paramilitares daquele país. A partir da observação *in loco* e de entrevistas realizadas com diferentes sujeitos que compõem aquele cenário, objetiva-se desvendar, portanto, as múltiplas relações estabelecidas entre eles, bem como os significados.

Quem cruza a fronteira ente o Brasil e a Colômbia nas cidades fronteiriças de Tabatinga, do lado brasileiro, e de Letícia, do lado colombiano, quase não se dá conta de que ali termina um país e começa um outro, não fosse a presença das bandeiras nacionais e a presença de um posto de controle fronteiriço do lado colombiano. Trata-se de uma fronteira seca, dividida por uma avenida, denominada Avenida da Amizade. Entretanto, quando se adentra na cidade de Letícia, logo as diferenças entre os dois tipos de colonização, a portuguesa e a hispânica, saltam aos olhos, como já observara Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1979). Letícia, capital do Departamento do Amazonas, é uma cidade de mais ou menos 23 mil habitantes, com ruas pavimentadas, arborizadas e com calçadas em bom estado de conservação. Na praça central está a igreja matriz em frente a uma praça arborizada, que, aos domingos, é ocupada pelos moradores que trazem seus filhos para se divertir nos brinquedos existentes e em outros de plástico inflado, os quais são colocados somente nos fins de semana. De um lado da praça vê-se o quartel da Polícia Nacional e, do outro, a sede do governo daquele departamento. Um pouco mais abaixo está a biblioteca do Banco de la República, onde se situa o museu *Del Hombre Amazonico*, com objetos da cultural material de alguns povos indígenas da Amazônia colombiana. O comércio é mais amplo e diversificado do que em Tabatinga, bem como a rede hoteleira e de restaurantes é de melhor qualidade. Há ainda uma representação da Universidade Nacional da Colômbia, onde esporadicamente acontece alguma mostra de filmes.

Para quem chega de um centro urbano maior, como Manaus, a primeira impressão que fica é a de que na Tríplice Fronteira a vida é pacata e

que não há nenhuma forma de lazer, particularmente para os funcionários públicos que lá vivem, já que em Tabatinga não há shopping center, cinemas e o acesso à internet é precário. Para os mais jovens as opções de lazer parecem se restringir aos passeios de motocicleta pela avenida principal da cidade, cujo movimento se intensifica nos fins de semana à noite, num contínuo ir e vir, como uma estratégia de alguém que quer ver e ser visto pelos outros. Tal prática relembra o antigo *footing* ao redor da praça central nas pequenas cidades do interior, só que neste caso ele é motorizado. Outras opções de divertimento são as casas noturnas, bares e restaurantes existentes em ambos os lados da fronteira. Nos fins de semana o ponto de encontro em Tabatinga é a boate Scandaló's. Nesse local os mais jovens e os visitantes se encontram para paquerar ou passar algumas horas dançando ao som de um repertório musical eclético, que vai desde o forró, passando pelo pagode, brega e até alguns ritmos latinos, entre eles o reggaeton. Já em Letícia um dos pontos de encontro é a boate Khalua, sendo os ritmos brasileiros mais tocados o forró, o pagode e o funk. Além de casas noturnas e restaurantes, nesta cidade há também lugares voltados para o jogo de bilhares e um cassino.

A facilidade para cruzar essa linha imaginária entre os dois países traz evidentemente vantagens para quem mora e trabalha naquelas “cidades irmãs”, mas propicia também estranhamentos e conflitos que serão explicitados ao longo deste trabalho. Já no caso da fronteira entre o Brasil e o Peru a situação é diferente, pois é o rio Solimões ou Amazonas, do lado peruano, que divide os dois países. Nesse caso a travessia se faz por meio de pequenos barcos que levam passageiros e mercadorias até o pequeno povoado de Santa Rosa. É por esse lugar que grande parte dos peruanos entra na Região Norte do Brasil, vindos de outras cidades daquele país, particularmente de Iquitos. Segundo Estevita, uma peruana que vive há vinte anos em Tabatinga e, ao mesmo tempo, tem um restaurante em Santa Rosa, entram em média vinte peruanos por dia no Brasil através da Tríplice Fronteira.

Em Tabatinga, uma cidade de aproximadamente 46 mil habitantes, há uma presença significativa de peruanos, estimada em 15 mil, estando grande parte deles indocumentada no país. Em geral, eles entram apenas com o documento de identidade e acabam ficando na cidade. Outros buscam cidades ao longo do Rio Solimões, como Benjamin Constant, Jutai, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte ou, ainda, há aqueles que procuram um centro urbano maior, como é o caso da capital amazonense, a cidade de Manaus, na esperança de encontrar maiores oportunidades de emprego. Em Tabatinga eles trabalham predominantemente no comércio de produtos hortifrutigranjeiros que são trazidos do Peru e vendidos numa feira contígua ao Mercado Municipal da cidade. Além desse comércio específico, eles trabalham no setor da alimentação vendendo comidas em bares e

restaurantes ou, ainda, como ambulantes, que, além de alimentos, vendem mercadorias de origem duvidosa, como cds e relógios, entre outras.

No caso dos peruanos que entram no Brasil pela Tríplice Fronteira, eles são, em geral, oriundos da Amazônia peruana, pouco qualificados, e, depois de passarem por centros urbanos importantes da região, como Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa, emigram para a Amazônia brasileira, já que ir à Lima, a capital peruana, seria muito mais longe e custoso (OLIVEIRA, 2006, p.188). Entretanto, há também o caso dos profissionais da saúde, como é o caso dos médicos peruanos que trabalham naquela região, já que os profissionais brasileiros não estão dispostos a enfrentar situações adversas e aceitar salários não tão atraentes para atender à população amazonense.

Com relação aos colombianos, o processo de entrada é diferenciado daquele dos peruanos, pois aqueles que emigram o fazem por razões muito específicas, como é o caso dos *desplazados* internos, que fogem das regiões de conflitos e buscam refúgio no Brasil, entrando pela Tríplice Fronteira (id. Ibid, p.190). Entretanto, nem todos formalizam o pedido de refúgio junto à Polícia Federal, adentrando no território brasileiro pela malha fluvial, permanecendo, como tantos outros imigrantes, de forma clandestina em pequenas cidades do Amazonas. Os que o fazem devem afastar-se da região de fronteira, dirigindo-se, sobretudo para Manaus, pois lá não estariam seguros, já que a proximidade com o território colombiano os tornaria vulneráveis aos possíveis ataques de guerrilheiros das Farc. Além dessa migração forçada, é preciso mencionar aqueles que buscam no Brasil algum tipo de especialização profissional e, ao acabarem os estudos, acabam ficando no país.

Além dos imigrantes, *desplazados* e refugiados, ocorre a migração dos indígenas Ticuna, que cruzam a fronteira brasileira para intercambiar seus produtos, bem como em busca de benefícios sociais oferecidos pelo governo brasileiro, já que na Colômbia ou no Peru não lhes é oferecida tal assistência. Trata-se de uma problemática específica, pois para eles existe, em primeiro lugar, a etnia Ticuna e depois a nacionalidade, que lhes é atribuída por um ou outro Estado Nacional.

Esse panorama da Tríplice Fronteira ora apresentado transforma esse lugar num espaço social marcado por contradições, medos, acusações mútuas, preconceitos, mas também de encontros e trocas, sobretudo, culturais.

"AQUI COMEÇA O BRASIL": A FRONTEIRA E SUAS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES

A fronteira entre dois ou mais países é, em geral, um espaço que suscita várias interpretações. Do ponto de vista da geopolítica militar ela se transforma num lugar não só de defesa, mas também de ataque (RATZEL apud NOGUEIRA, 2007, p.168). Sob essa perspectiva, a fronteira se trans-

forma numa questão de “Segurança Nacional”. Como um lugar de passagem de pessoas, a linha fronteira é um lugar de controle de estrangeiros pelos Estados nacionais, mas pode ser também um espaço de “hibridação cultural” ou, ainda, o contexto em que se dá a “degradação do outro”, mediante sua subjugação a interesses econômicos. Nesse sentido, ela ganha um sentido mais amplo, sendo vista como “frente de expansão”, “frente pioneira” ou “fronteira agrícola”. Seja como for, nos seus vários sentidos, a fronteira só pode ser compreendida em sua complexidade no plano das relações sociais (MARTINS, 1975).

Como um lugar de passagem e, portanto, de liminaridade (VAN GENNEP, 1978), a fronteira pode ser vista a partir de várias perspectivas pelos diferentes sujeitos que a cruza. Para quem chega do Sul do país, aquele lugar pode ser visto como o “fim do mundo” e não o começo do Brasil, pois, a partir dessa concepção, ela seria um mundo distante da “civilização”, desprovido de uma infra-estrutura básica, sobretudo quando comparado com o denominado “Sul maravilha”, urbanizado e conectado com o mundo moderno. Entretanto, para quem vem do interior do Amazonas ou de outras partes do país, a fronteira norte pode significar oportunidades de negócios e de trabalho. O mesmo acontece com aqueles que vêm de países vizinhos, como o Peru e a Colômbia, em busca de oportunidades de empregos. Para eles, aquele Brasil pode ser a porta de entrada para o começo de uma nova vida, já que muitos desses imigrantes seguem caminho até um centro urbano maior, como é o caso de Manaus, na região Norte, ou do Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste. Nesses casos a busca de trabalho ou de algum curso de pós-graduação em universidades brasileiras é o motivo mais relevante.

À semelhança de outros fluxos de imigrantes hispano-americanos para outras regiões do Brasil, cuja presença ganhou relevância a partir dos anos 80 (SILVA, 2008), a migração de peruanos na Região Norte do país também não foge à regra. As causas que a motivaram e continuam alimentando os fluxos migratórios são as mesmas, ou seja, os problemas políticos e econômicos que marcam a região latino-americana, desde a década de 1950. Entretanto, não se pode ignorar outros fatores presentes na decisão de emigrar, como a busca de especialização no âmbito profissional, intercâmbio cultural, reagrupamento familiar, casamento, desejo de começar uma nova vida longe do controle da família, entre outros.

Para quem visita a Tríplice Fronteira como turista, ela pode ser um lugar em que o exótico se manifesta com toda a sua força, pois está localizada no coração da maior floresta tropical do planeta, a qual tem despertado os mais variados interesses, seja em nível nacional ou internacional. Aliás, vale notar que já se questiona a soberania brasileira sobre aquela região, com o pretexto de que o Brasil não é capaz de preservá-la, pois dela depende o equilíbrio do clima global. Um exemplo disso é a proposta da organi-

zação não governamental *Cool Earth*, a qual pede doações via internet para comprar um pedaço de terra na Amazônia, com o objetivo de preservá-la.¹ Entretanto, discursos preservacionistas dessa natureza, veiculados, inclusive, pela imprensa internacional, escondem interesses de grupos que vêem na Amazônia uma fonte de recursos naturais inesgotáveis, em razão do potencial econômico da sua biodiversidade. Nessa perspectiva, ela tem sido o palco de tensões, pois interesses de grupos internos e externos conflitam com aqueles de seus legítimos donos, os povos indígenas e não indígenas.

Para militares e agentes da Polícia Federal, cuja missão é zelar pela integridade do território nacional e da ordem interna, a fronteira é lugar de vigilância e de defesa dos interesses nacionais, conflitando muitas vezes com questões étnicas. Isso porque na Fronteira Norte é comum encontrar grupos indígenas de uma mesma etnia em ambos os lados das fronteiras nacionais, como é o caso dos Ticuna. Nesse contexto, quando um ticuna colombiano cruza a fronteira brasileira, ele é tratado como estrangeiro pelo Estado brasileiro, prevalecendo, assim, a identidade nacional e não étnica.

A partir dessa perspectiva, a fronteira é, em geral, um lugar de estranhamentos, porque ela é o espaço em que o “outro” se revela como “estranho”, como desconhecido, e, portanto, pode ser considerado um inimigo em potencial. Aos Estados nacionais cabe decidir quem pode entrar e permanecer no seu território, seja para fazer turismo, negócios, intercâmbios culturais ou a trabalho, desde que não venha infringir as leis e os interesses nacionais. Nesse caso existe a categoria jurídica do estrangeiro que, dependendo do contexto, assume conotações profundamente pejorativas, como é o caso do termo *aliens*, nos Estados Unidos, ou extra-comunitário, na Itália. Tal conceito supõe a idéia de leis, de controle e punição das possíveis transgressões, cometidas, às vezes, por grupos organizados no tráfico de pessoas, como é o caso dos “coiotes” na fronteira norte-americana com o México. Na Índia védica, por exemplo, um dos nomes dos feiticeiros é o de estrangeiro (MAUSS, 1974, p.61). No contexto que se está focando nesta pesquisa, ele poderia ser visto como alguém que tem poderes mágicos e, como tal, domina os segredos do sucesso econômico. Tal sucesso é, em geral, conquistado a duras penas, mas que aos olhos dos “nativos”, é visto como produto da usura e, portanto, não é tolerado, particularmente em momentos de crise econômica. É o que tem acontecido com os brasileiros nos Estados Unidos, portugueses na Venezuela, turcos na Alemanha, bolivianos em Buenos Aires e assim por diante. A xenofobia e a violência contra imigrantes nos mais diferenciados contextos tem sido a expressão mais cabal de um crescente processo de criminalização dos imigrantes pelas diferentes legislações migratórias (PÓVOA NETO, 2005, p.304).

¹ A reação a esta “invasão” estrangeira, como tem denominado a imprensa brasileira, se deu durante as transmissões do festival Folclórico de Parintins de 2008, quando a rede de televisão Bandeirantes adotou como slogan do evento a seguinte frase: “Parintins: a Amazônia é do Brasil”

Para brasileiros e colombianos que vivem nas duas cidades fronteiriças, a fronteira é vista como um espaço de “livre trânsito”, “tranquilo”, que é possível cruzar todos os dias e a qualquer hora sem nenhuma restrição, particularmente para quem trabalha ou estuda num lado ou no outro. Entretanto, para os tabatinguenses, o lado brasileiro está dominado pelos criminosos que cruzam a fronteira brasileira sem nenhum controle. Nesse sentido, há a percepção de que a fronteira é um “território sem lei”, apesar haver uma delegacia da Polícia Federal na cidade e uma significativa presença militar, pois desde 1768 já havia o forte São Francisco Xavier de Tabatinga, que deu origem à atual cidade (LÓPEZ, 2005, p. 68).

Assim, do ponto de vista dos brasileiros que vivem em Tabatinga, os transgressores da Tríplice Fronteira são aqueles que vêm de fora e trazem a desordem por meio do crime organizado, do tráfico de drogas e de outras mercadorias contrabandeadas. Nesse caso, a acusação recai sobre um grupo específico, os peruanos. Estes são vistos como “traficantes” e “invasores”, porque cruzam a fronteira sem pedir autorização às autoridades brasileiras e, pelo fato de não se exigir passaporte para entrar no Brasil, há uma idéia de que não é necessário regularizar a sua situação no país. Outra questão que acirra a animosidade entre nacionais e estrangeiros é a de que eles em pouco tempo passam de ambulantes a comerciantes na cidade. E, para tanto, algumas estratégias são utilizadas por eles, como é o caso da abertura de firmas em nome de brasileiros, que passam a atuar como “laranjas”, já que a maior parte dos peruanos é indocumentada em Tabatinga.

Se, por um lado, eles são vistos como “invasores” e responsabilizados pela alteração da ordem local, por outro, tal presença é tolerada e vista como “um mal necessário”, porque esses imigrantes abastecem o mercado local com produtos hortifrutí a preços bem mais atraentes que os oferecidos no mercado amazonense, como é o caso da cebola, do tomate, da batata, da banana, entre outros.

Para os colombianos que vivem em Letícia o preconceito em relação aos peruanos também não é diferente. Para Ayron, que vive próximo à fronteira brasileira, quando indagado sobre os problemas daquele lugar, respondeu enfaticamente: “há muito peruano ladrão”. Em sua opinião, todos deveriam ser expulsos do país. Depois ele tentou amenizar o seu descontentamento e preconceito dizendo que não estava generalizando, mas se referia apenas a alguns. Seja como for, a presença peruana, no lado colombiano é bem menos expressiva do que no lado brasileiro, pois em Letícia não é permitido o comércio de ambulantes pelas ruas, nem é tolerada a presença de indocumentados. Já em Tabatinga parece haver uma maior tolerância em relação a essa situação enfrentada pelos peruanos.

De qualquer forma há uma percepção generalizada entre brasileiros e colombianos de que o perigo que assombra a fronteira vem de longe e, nesse caso, vem do outro lado do rio, ou seja, do Peru. Entretanto, quando

indagados sobre um possível ataque dos guerrilheiros das Farc, todos os entrevistados respondiam que ali em Letícia eles não agem, em razão do forte esquema de policiamento existente naquele lugar. Assim, neste contexto de circulação de pessoas, mas também de diferentes mercadorias, inclusive aquelas proibidas por lei, é preciso responsabilizar alguém pela alteração da ordem “natural” das coisas e quase sempre o escolhido é o “forasteiro”, de condição social inferior e portador de uma outra cultura.

Assim, pode-se dizer que, apesar dos conflitos entre brasileiros e colombianos que trabalham como moto-táxis, disputando passageiros que cruzam de um lado para outro, parece haver um complô entre eles objetivando responsabilizar os peruanos pela maioria dos problemas fronteiriços. A razão de tal aliança só pode estar ancorada nos interesses econômicos comuns, pois, se os leticianos dependem da economia tabatinguense para sobreviver, o mesmo se pode dizer dos brasileiros em relação àqueles, pois alguns produtos são mais baratos em Letícia, como a gasolina, eletro-eletrônicos, motocicletas, roupas, perfumes, entre outros. Nesse caso, as diferenças nacionais e culturais ficam relegadas a um segundo plano, em favor de outros interesses.

Para os mais jovens a vida na fronteira tem outras conotações, uma vez que outros aspectos são ressaltados por eles como mais relevantes. O fato de falarem uma outra língua, de estar em contato com outras culturas, são valores assinalados por eles. É o que afirma Michel, um brasileiro de dezesseis anos, filho de um colombiano com uma brasileira: “viver aqui é muito bom, porque a gente tem amigos colombianos, peruanos; a gente se comunica, pode aprofundar o espanhol. Se aqui não tem alguma coisa a gente vai procurar lá em Letícia” Para Susana Cristina, uma colombiana de dezessete anos, filha de pai brasileiro e mãe colombiana, o contato com a natureza parece ser algo a ser valorizado por quem mora naquele lugar da Amazônia: “Es muy bueno vivir aqui porque disfrutamos de la fauna, de la flora, porque tenemos nuestro rio, disfrutamos de las tres fronteras. Me parece muy bonito. Hay mucha paz, gracias a Dios”.

Entretanto, quando perguntados sobre o seu futuro, o discurso muda de direção e as contradições aparecem, como expressou Michel: “Estou esperando acabar os estudos para ir embora, porque aqui não tem futuro. Aqui só tem morte. Quero sair daqui e entrar numa carreira naval ou militar”. As mesmas preocupações foram ressaltadas por Susana Cristina: “Faltan opciones de vida para los jóvenes”. E o lugar escolhido por eles para realizar os seus sonhos são os grandes centros brasileiros, como Manaus, no Amazonas, ou cidades litorâneas, como Fortaleza e Rio de Janeiro, em razão do fascínio que as praias exercem no imaginário de quem não as conhece.

Essas falas revelam que, apesar dos problemas da violência e da falta de perspectivas para os mais jovens naquela fronteira, os seus moradores procuram ressaltar o lado positivo daquelas cidades. Afinal de contas é o

lugar que eles escolheram para viver com sua família, como afirmou o Sr. Dionísio, de setenta e oito anos e morador no bairro Santa Rosa em Tabatinga há mais de vinte anos: “Gosto de morar aqui, porque é o lote que a minha mulher me deixou. Vou morar aqui até o dia em que Deus me recolher”.

O TRIÂNGULO IDENTITÁRIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

A observação da dinâmica social na fronteira mostra que ela é um espaço de múltiplas trocas, sejam elas econômicas ou culturais. Entretanto, ela é também um espaço de mútuos estranhamentos e de afirmação de identidades, sejam elas nacionais, culturais ou étnicas, como é o caso dos grupos indígenas que lá vivem. Do ponto de vista histórico, a fronteira é um elemento chave para se compreender o processo de formação da identidade brasileira, pois ela “aparece associada à produção de uma história nacional e é tratada como um “myth maker” na elaboração política desta história” (VELHO, 1976, p. 141).

Como já foi mostrado anteriormente, para quem vive nas cidades fronteiriças de Tabatinga e de Letícia, as relações decorrem sem grandes problemas, até porque uma cidade depende da outra, não só do ponto de vista econômico, mas também para ampliar as suas redes de lazer e de relações humanas. Do ponto de vista cultural, há uma troca quase que “natural”, já que a proximidade geográfica, os casamentos interculturais e o ensino obrigatório da língua portuguesa do lado colombiano e do espanhol do lado brasileiro, colocam em curso várias formas de intercâmbios entre as duas cidades. Assim os filhos dessas uniões são socializados em duas ou mais culturas, seja no âmbito familiar ou social, como é o caso de Rainó, um jovem de vinte e quatro anos de nacionalidade brasileira. Assim ele se definiu: “Eu tenho três fronteiras: minha mãe nasceu no Peru, meu pai é brasileiro e eu me criei na Colômbia. Quem nasce na fronteira não pode dizer que ele é peruano ou colombiano ou brasileiro. Ele é cruzado, pode ser qualquer coisa. Brasileiro é quem nasce no Brasil, em Manaus, em Brasília ou em São Paulo, que não tem fronteira. Eu falo português, espanhol, mais ou menos inglês”.

Essa fala sugere que em situações de fronteiras ocorre um processo de “hibridação cultural”, como o denomina Canclini (1998), ao analisar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Entretanto, o mesmo autor vai mais longe ao afirmar que “todas as culturas são de fronteira”. Isto porque, segundo ele, “todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes; o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento” (CANCLINI, 1998, p. 348).

Se, por um lado, é verdade que os processos de modernização e globalização atingem todas as partes do globo em maior ou menor grau, por outro lado, é preciso balizar suas influências, pois o contato de uma cultura com outras não implica necessariamente processos de “aculturação” ou de perda de identidade. O que se observa nos mais variados contextos envolvendo grupos de imigrantes é exatamente o contrário, ou seja, a ressignificação de práticas culturais em meio urbano de populações que mantêm tradições de origem rural, em função da afirmação de identidades, sejam elas nacionais, culturais ou étnicas. É o que constatou Silva (2003), entre os imigrantes bolivianos em São Paulo.

No caso da Tríplice Fronteira o que se constata é que, além da troca de mercadorias, de mulheres, por meio de casamentos interculturais, há, sobretudo, troca de bens simbólicos que cruzam fronteiras com uma grande velocidade e dinamismo, como é o caso dos ritmos musicais, cujo gosto varia de acordo com a faixa etária. Assim, tanto de um lado quanto do outro, é possível ouvir uma multiplicidade de ritmos, como o forró, o pagode, o samba, o sertanejo, o reggaeton, a *tecno cumbia* peruana, o *vallenato* colombiano, entre outros. Entretanto, quando se trata de escolher um entre eles, para os colombianos o forró e o samba aparecem como os ritmos representantes da música brasileira. Já para os brasileiros a música colombiana mais expressiva é o *vallenato* ou a *cumbia*, que pode ter também uma versão peruana.

Com relação às comidas é possível encontrar vários locais que vendem pratos peruanos ou colombianos do lado brasileiro, porém oferecidos por peruanos. O inverso não foi possível verificar, ou seja, a oferta de pratos brasileiros do lado colombiano. Em primeiro lugar, vale notar que a proximidade entre os dois países e a pequena presença de colombianos residindo em Tabatinga, cujo número está em torno de 2.400, não justificaria a reprodução cultural, tanto de um lado quanto do outro. Em segundo lugar, no caso das famílias interculturais a mistura já faz parte do seu cotidiano. No caso dos peruanos a situação é diferenciada, isso porque grande parte deles veio de regiões mais longínquas do Peru. Assim, o distanciamento geográfico dos seus locais de origem favorece a recriação de hábitos culinários e outras práticas culturais, como é o caso da festa do *Señor de los Milagros*. Tais práticas passam a ser um espaço de recriação de identidades, já que eles se encontram num país que tem uma outra tradição cultural e que, sobretudo, os discrimina.

A proximidade entre brasileiros e colombianos e os diferentes níveis de trocas realizadas na fronteira fazem com que as identidades nacionais fiquem relegadas a um segundo plano, constituindo aquilo que Ortiz (1985) denomina como “um discurso de segunda ordem”, emergindo apenas em momentos circunstanciais. Um deles é quando jogam as seleções de futebol do Brasil e da Colômbia, sendo necessário fechar a fronteira para conter

excessos de torcedores mais exaltados. Outros momentos são as festas pátrias e a festa da Confraternidade Amazônica, celebrada entre os dias 15 a 25 de julho em Tabatinga, que são exemplos desse processo de afirmação de identidades, particularmente de uma identidade amazônica, compartilhada pelas três fronteiras. Nesse último evento, os três países apresentam danças e comidas típicas durante os festejos, inclusive contando com a participação de grupos indígenas da região. Outra festa que reúne os integrantes da Tríplice Fronteira e, ao mesmo tempo, remarca as diferenças, é o Festival da Canção Amazonense “Pirarucu de Ouro”, o qual acontece no mês de novembro. Se, por um lado, as identidades são sempre contrativas e circunstanciais, por outro, elas são passíveis também de manipulações ideológicas, tanto por parte dos Estados nacionais quanto pelos cidadãos, pois, de acordo com o interesse, se veicula a identidade mais conveniente, como é caso de pessoas que têm as três nacionalidades na Tríplice Fronteira. A questão que se coloca aqui não é saber como isso é possível, mas quais seriam os significados de tal estratégia, pois ela estaria revelando a existência de preconceitos em relação a um determinado grupo social, já que, segundo os informantes, essa distorção jurídica é utilizada particularmente por peruanos.

Isso revela que no contexto da Tríplice Fronteira a afirmação de identidades nacionais se dá, sobretudo, em momentos em que é preciso encontrar um “bode expiatório” para os problemas do cotidiano, como é o caso da violência, do tráfico de drogas, do contrabando, do desemprego, entre outros. Nesse caso, brasileiros e colombianos se unem para acusar os peruanos como os principais responsáveis pelos problemas apontados. A imagem mais recorrente desta identidade deteriorada ou estigmatizada, nos termos de Goffman (1975), é a de que eles são “ladrões”, “invasores”, “traficantes”, “sujos”, entre outras. O problema é a generalização do estigma, pois, como ressaltou Celina, uma peruana casada com um amazonense e há vinte anos no Brasil: Acho que em todo país há aqueles que fazem o que não presta, então eles pluralizam, nenhum presta, mas eu vou levando”.

As falas a seguir expressam quais são os elementos simbólicos que dão suporte à construção do preconceito em relação aos peruanos, o qual acaba assumindo conotações étnico-raciais. Assim se expressou José, um colombiano que trabalha com moto-táxi na fronteira. “O povo brasileiro é muito amigável e limpo. Quando você entra numa casa vê as panelas brilhando. Já quando entra numa casa peruana não se vê o mesmo”. Para Márcia Vasquez, uma brasileira que trabalha numa pousada próxima ao Mercado Municipal de Tabatinga, as mulheres peruanas oriundas de Iquitos “se vestem mal e exageram na maquiagem, pintando os lábios de vermelho”. Além disso, “elas deixam a desejar na higiene pessoal”. Já com relação às colombianas “elas são bonitas e se vestem bem” e, além do mais, “elas são cultas”. Nesse caso fica evidente o contraste entre as peruanas da região da

Amazônia peruana, denominada por eles de “selva” e, portanto, de origem indígena, e as colombianas que embora sendo mestiças, apresentam uma tonalidade de pele mais clara e pertencem às classes médias urbanas. O curioso é a ambigüidade presente no discurso de Márcia, pois, ao mesmo tempo em que ela diz não gostar de lidar com peruanos no seu dia a dia, ela afirma interessar-se pela comida e músicas peruanas. Provavelmente, os referenciais que lhe permitem fazer essa distinção são as imagens cristalizadas de uma cultura peruana, produzida nos grandes centros urbanos, como é o caso de Lima, e veiculada, principalmente, pelas agências de turismo.

Vale notar, entretanto, que a construção de preconceitos pelos colombianos em relação aos peruanos tem também sua origem na disputa fronteiriça entre os dois países, chamado de conflito “colombo-peruano”, o qual em 1932 trouxe um clima de tensão para a região, afetando, sobretudo, as populações indígenas, entre elas, os Ticuna, que tiveram que migrar para o lado brasileiro (LÓPEZ, 2005, p. 75). Em Tabatinga a presença indígena é em sua maioria desse grupo étnico e se concentra nas áreas indígenas de Umariacú I e II, com uma população de mais de dois mil habitantes (OIM, 2007, p. 9). Vale notar que essa reserva indígena fica localizada no contexto urbano da cidade, transformando-se em mais um bairro de Tabatinga.

As migrações de povos indígenas na Tríplice Fronteira colocam outro problema, que é a relação entre nacionalidade e etnicidade, esta entendida aqui como “uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns” (COHEN, apud OLIVEIRA, 2005, p.12). É o caso dos Ticuna que vivem no Peru ou Colômbia e migram para o Brasil em busca de benefícios oferecidos aos brasileiros, como, por exemplo, a aposentadoria. E para ter acesso a esses direitos, a estratégia utilizada por eles é a reivindicação da posse da terra do lado brasileiro. Segundo o Sr. Davi, diretor da FUNAI em Tabatinga, ticuna peruanos levam mercadorias para vender nas comunidades ticuna brasileiras e vão agradando o dono da casa. Depois de alguns meses o visitante pede a mão da filha de algum ticuna brasileiro em casamento e acaba ficando no Brasil. Na opinião dele, a FUNAI deve evitar a entrada de indígenas “estrangeiros” para casar-se com as indígenas brasileiras, pois isso estaria trazendo também outros fatores de desorganização social, como é o caso das bebidas alcoólicas e dos entorpecentes, que, para Davi, não são trazidos apenas por indígenas, mas também por alguns “civilizados”. Isso significa que as identidades entre ticuna colombianos ou peruanos e ticuna brasileiros se expressam de forma “contrastiva”, em que a identidade étnica encontra-se sobreposta pelas identidades nacionais.

Entretanto, quando a relação desses grupos indígenas se amplia para os não índios, particularmente, em contexto urbano, a situação se torna ainda mais complexa, uma vez que o preconceito e a discriminação em relação a eles são algo que a história ainda não conseguiu apagar. Tanto na Colômbia

bia quanto no Brasil chamar alguém de índio é uma grande ofensa, pois essa categoria social é sinônima de “selvageria”, de alguém que não tem capacidade para pensar e, portanto, de se adaptar à modernidade da cultura ocidental cristã. Desde os tempos coloniais e, particularmente, nos processos de formação das fronteiras nacionais, os indígenas foram vistos pelos Estados nacionais como um problema, sobretudo para o avanço da fronteira econômica. Nessa perspectiva, a sua integração à nação deveria ser feita mediante sua “transformação em trabalhador nativo, útil à construção nacional, tanto como força de trabalho como por seu conhecimento de territórios desconhecidos pelos atores nacionais, e que se tornam assim, aos seus olhos, passíveis de nacionalização” (FAULHABER, 2005, p. 261).

A inserção das populações indígenas em contexto urbano é uma questão que merece uma abordagem mais aprofundada, a qual não é possível fazê-la no âmbito deste trabalho. Desde os primeiros estudos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira (1964), entre os Terena do Mato Grosso do Sul, essa questão tem sido objeto de vários estudos, sobretudo no campo da Antropologia. Tais trabalhos têm enfatizado que, apesar das transformações ocorridas no âmbito social e cultural, as identidades étnicas têm se mantido nos novos contextos (OLIVEIRA, 1995; ANDRELLO, 2006; SILVA, 2001; ROMANO, 1982, entre outros).

O que se observa na região da Tríplice Fronteira não é diferente. Os Ticuna são incorporados ao contexto urbano via mercado informal, vendendo os seus produtos, em geral, no entorno do mercado municipal de Tabatinga. O mais chocante é observar indígenas na condição de indigência, como a que se constatou num bar próximo ao referido mercado. Numa tarde de um sábado ensolarado e com temperaturas muito altas, havia um grupo musical peruano tocando *tecno-cumbias* no bar La Barca e entre as pessoas que dançavam havia uma jovem vestida com uma mini-saia e uma pequena blusa com as bandeiras da Colômbia e do Brasil. A princípio não parecia haver nada de errado, pois poderia se tratar de uma imigrante peruana. Entretanto, ao perguntar sobre a referida jovem, disseram que se tratava de uma Ticuna que tinha problemas psíquicos. A verdade é que a dança parecia ser para ela uma linguagem que expressava o seu desejo de exorcizar a realidade contraditória e desumana que lhe fora imposta pela cultura dos brancos, cujo sentido só poderia ser restituído no contexto da sua própria cultura, com a qual, provavelmente, já perdera os seus vínculos.

Isso revela que a fronteira é também para alguns grupos sociais o lugar da degradação do “outro” (MARTINS, 1997), do esgarçamento das relações sociais, da exploração do trabalho ao extremo e da imposição de um modo de vida alheio aos seus habitantes.

CONCLUSÕES

A discussão das fronteiras nacionais apresenta-se como algo paradoxal no cenário nacional e internacional, pois ela caminha na contramão dos propalados processos de integração regional, os quais apregoam a “dissolução” das fronteiras geográficas em função de uma maior integração das nações, seja do ponto de vista econômico, político e cultural. Entretanto, os ventos benfazejos da denominada globalização não conseguiram afastar velhos fantasmas que a própria criação dos Estados nacionais engendrou no final do séc. XIX, ou seja, a iminência de um possível invasor externo.

No caso brasileiro esse possível inimigo externo nunca se materializou, salvo raras exceções no período colonial com a denominada invasão francesa ou holandesa no Nordeste do país, onde, vale lembrar, os indígenas lutaram ao lado do Exército brasileiro em defesa daquele território. A bem da verdade, se ao longo da história do Brasil não havia a possibilidade de um ataque iminente de algum inimigo externo, era precisa criar um internamente, para que se pudesse justificar as políticas de colonização e de expansão do capital. É nesse contexto que os grupos indígenas sempre foram vistos como “os outros”, distantes da “civilização” e alheios à vida da nação brasileira, como se fossem “estrangeiros”. Assim, além de serem um estorvo para a reprodução capitalista, eles representariam também um perigo para a integridade do território nacional, já que ocupam grandes extensões de terras, muitas delas em região de fronteira. Na verdade, os recentes conflitos na reserva Raposa Serra do Sol em Roraima trouxeram à tona o velho ódio em relação aos indígenas, pois, para aqueles que cobiçam as suas terras, há “muita terra para pouco índio”, já que eles ocupam 13% do território nacional e representam apenas 0,2% do total da população brasileira. Porém, o inverso nunca é revelado, de que há poucos fazendeiros para muita terra. Nesse caso, contudo, o argumento recorrente que justificaria a posse da terra pelos rizicultores seria a produção de alimentos em larga escala, o que não acontece com os indígenas. Isto não significa, porém, que estes não sejam capazes de empreender um processo produtivo alternativo e perfeitamente articulado com o mercado regional e nacional, como é o caso das várias etnias que vivem na Reserva Raposa Serra do Sol, as quais desenvolvem várias culturas, entre elas a pecuária, a suinocultura, a apicultura, a produção de cerâmica, entre outras.

No caso da Tríplice Fronteira o principal problema, à primeira vista, não é a disputa pela terra entre índios e não índios, embora ela também não esteja ausente, mas a ação do narcotráfico, um possível ataque da guerrilha colombiana, a invasão de madeireiros peruanos em terras indígenas e a imigração irregular.

É nesse contexto de vulnerabilidade da fronteira que o discurso divisionista do Estado do Amazonas ganha força entre políticos, empresários e militares, pois para estes é impossível governar e fiscalizar um território

rio com uma fronteira tão extensa e com várias situações de conflitos. É com base nesses argumentos que a proposta da divisão territorial daquele Estado passa a ser vista como inevitável (NOGUEIRA, 2007, p. 206). Se o problema é combater um inimigo real ou em potencial, é preciso, portanto, apontá-lo e, nesse caso, ele vem de fora, é o estrangeiro, em geral pobre, que fala uma outra língua, mas que na verdade é portador de raízes culturais comuns a de tantos outros amazonenses que compartilham uma mesma área cultural, a do Alto Solimões. É, portanto, nesse contexto acusatório da busca de um “bode expiatório” que o preconceito e a discriminação ganham fundamento e força simbólica para se reproduzir.

Entretanto, é bom lembrar que por trás de tais discursos de cunho nacionalista ou xenófobo, escondem-se outras questões de maior relevância que é a defesa de interesses econômicos e políticos de grupos particulares em nível nacional e internacional, em detrimento dos interesses das populações que vivem naquela fronteira. Para estas, a principal reivindicação é poderem viver em paz em meio às diferenças culturais e, ao mesmo tempo, vislumbrarem um futuro um pouco mais promissor do que aquele que é oferecido a seus filhos na Tríplice Fronteira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRELLO, G. *Cidade do Índio: transformação e cotidiano em Iaurê*. São Paulo: UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.
- BECKER, B. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteira*. Brasília: Editora da UNB, 1988.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FAULHABER, P. Identidades contestadas e deslocamentos Miranha na fronteira Brasil-Colômbia. In: OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S. G. (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: UNB, 2005. p. 241-269.
- FIGOLI, L. H. G. *Identidad Etnica y Regional: trayecto constitutivo de una identidad social*. 1982. 244f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- LASMAR, C. *De volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo: UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.
- LÓPEZ, C. L. Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: la história de las relaciones interétnicas de los Ticuna. In: OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S. G. (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: UNB, 2005. p. 55-83.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NOGUEIRA, R. J. B. *Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus: UFAM, 2007.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. Informe Ejecutivo, n. 03, oct. 2007.

OLIVEIRA, A. G. *O mundo transformado: um estudo da “cultura de fronteira” no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.

OLIVEIRA, M. A mobilidade humana na Tríplice Fronteira. *Estudos Avançados*, Dossiê Migrações, São Paulo, n. 57, p. 183-196, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, R. C. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: UNICAMP, 1964.

OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S. G. (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília, UNB, 2005.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PÓVOA NETO, H. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, H; FERREIRA, A. P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ROMANO, J. O. *Índios proletários em Manaus: el caso de los Sateré-Mawé citadinos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília.

SILVA, R. N. P. *O universo social dos indígenas no espaço urbano: identidade étnica na cidade de Manaus*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SILVA, S. A. Faces da latinidade: hispano-americanos no Brasil. *Textos NEPO*, Campinas, n. 55, 2008.

_____. *Virgem/mãe/terra: festas e tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2003.

SPRANDEL, M. A. Breve genealogia sobre os estudos de fronteira & limites no Brasil. In: OLIVEIRA, R. C.; BAINES, S. G. (Orgs.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: UNB, 2005. p.153-203.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.